

O INÍCIO DE UM CICLO ASCENDENTE DE LUTAS E O MOVIMENTO DOS DESEMPREGADOS*

roi ferreiro**

*

<http://usuarios.multimania.es/roiferreiro/teoria.htm>

O “Santiagazo” e a ascensão geral das lutas de classes

Com o **Santiagazo** inicia-se a ascensão das lutas de massas que marcaram a década. Tratou-se de uma luta que chegou a estender-se desde a capital provincial até o interior da província e que derrubou o poder político capitalista, ou seja, de uma luta contra a democracia burguesa. As contínuas mobilizações e greves contra o esvaziamento da província tinham continuado nos dois anos anteriores, e a desilusão com os políticos burgueses acabou por explodir, tanto com a “situação” quanto com a oposição.

Na província de Jujuy, a política de reestruturação – privatizações, ingresso maciço do capital especulativo, endividamento externo, etc.

– conduziu ao colapso as dívidas públicas e criou uma crise política permanente (em 04 anos sucederam cinco governadores). As lutas dos trabalhadores estatais e municipais para cobrar seus salários, como em muitas outras partes, vinham ocorrendo desde 1990, e enfrentavam a repressão.

Entre abril e maio de 1995 ocorreu na Terra do Fogo uma dura greve metalúrgica contra a demissão e o fechamento das fábricas, exigindo a redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução salarial e a abertura de um quarto turno para evitar as demissões. Foi durante essa greve que o primeiro trabalhador foi assassinado pelas forças repressivas da “democracia”.

Os levantes de massas e as contínuas lutas econômicas são o sinal que a situação social está evoluindo objetivamente em um sentido revolucionário. Trata-se também de um sinal o fato de que

* Tradução de Lisandro Braga.

Notas explicativas de Lucas Maia. Texto extraído da obra *La Lucha de Clases en Argentina – Entre La Revolucion Proletária y La Recuperación Burguesa*.

Florianópolis: Editora barba ruiva, 2007 (p. 35-45). Esta obra de Roi Ferreiro é uma importante contribuição para compreensão das lutas ocorridas na Argentina em toda a década de 1990 e início dos anos 2000. O texto integral, em espanhol, pode ser encontrado na página pessoal de Roi Ferreiro: http://usuarios.multimania.es/roiferreiro/RF_argentina.pdf

a classe trabalhadora se vê obrigada nas suas lutas a defender reivindicações imediatas que, inclusive, se são “tecnicamente” realizáveis, são, segundo se desenvolve a situação e se agravam as condições de existência do proletariado, cada vez mais e mais antagônicas com a acumulação capitalista, conduzindo a uma espiral ascendente de enfrentamentos e a transformação da luta econômica em luta política.

É importante ressaltar que de modo algum – como sustenta o Polo Obrero – vemos nestas lutas os antecedentes do movimento piquetero. Ao contrário, o movimento piquetero é somente a expressão mais radicalizada da ascensão da luta de classes, porém, por sua composição e principal método de luta (o bloqueio de estrada) não pode absorver ou incluir dentro de si mesmo todas as demais lutas operárias. Na realidade, o “partido dos piqueteros”, o Polo Obrero, somente mantém essas posições por interesses partidários: sua abordagem “piqueterista” implica uma visão tendenciosa na qual afirma que é a classe trabalhadora e sua luta quem não equilibra qualquer um dos erros e desvios do movimento (entre estes a própria relevância do Polo Obrero).

O Fim do governo Menem

Nesse contexto de crescente conflito de classes, forma-se a aliança eleitoral dos 97 da União Cívica Radical com o Frepaso (Frente País Solidário), as duas forças principais da oposição burguesa, como mecanismo de desvio da luta de massas que levará, dois anos depois, De La Rúa¹ ao poder.

Como havíamos dito, ao final do governo Menem a recessão acaba por quebrar a aliança entre o capital estrangeiro e o capital nacional. Com a vitória de De La Rúa nas eleições de 1999, o governo pretendeu continuar com a mesma política antiproletária. Em março de 2001 o governo teve que recuar temporariamente seus

1 De La Rúa foi o presidente que sucedeu Carlos Menem após oito anos de estada deste no poder. De La Rúa renunciou dois anos depois com a radicalização das lutas dos desempregados e empregados na Argentina. Prova de que um é continuação do outro, é que o Ministro da Economia de ambos é a mesma pessoa: Cavallo.

planos por conta da oposição das massas, mas voltou à carga, de novo com Cavallo à frente. Solicitou novos empréstimos ao FMI e introduziu novos cortes, baixando em mais de 10% os salários públicos e as aposentadorias.

Em resposta a essas medidas, a classe trabalhadora realiza três greves gerais e várias greves setoriais durante o ano de 2000, em um clima que pode bem ser definido como de emergência geral da luta de classes. A ocorrência da auto-organização operária nesse ano superou claramente a dos anos 96-97 no governo de Menem.

Depois de cada greve geral sucede-se uma trégua sindical, correndo o risco de serem esmagados pela forte pressão das massas proletárias, os sindicatos se vêem obrigados a convocarem sucessivas assembléias. Enquanto isso, paralelamente aos operários desempregados, desenvolvem-se novos levantes.

a) A primeira greve geral de 05 de maio de 2000 é precedida por mobilizações contra a votação da reforma trabalhista (março – maio). Ocorre uma cisão na esquerda da Confederação Geral do Trabalho (sindicato peronista), base do setor de transportes e automotivos – esta última de grande concentração proletária. Novos levantes ocorreram nesse período em Tartagal e General Mosconi (Salta). Nesta última, a insurreição em massa expulsou a polícia e as autoridades da cidade, criando formas de poder populares controladas por assembléias.

b) A segunda greve geral, de 09 de junho, é seguida por várias greves parciais de trabalhadores públicos. Durante a trégua posterior persistem as greves em empresas e ramos regionais (transporte, pesca, açúcar, cerâmica). Há nessas lutas tendências que apontam para a superação da burocracia sindical, dotando-se de “novos dirigentes” e aplicando métodos de luta mais radicalizados.

c) A terceira greve geral, com duração de 36 horas, se desenvolveu entre os dias 23 e 24 de novembro, inaugurada pelas lutas dos trabalhadores desempregados e pela generalização de piquetes, nesse contexto de crise governamental tentaram aprovar a

reforma trabalhista a partir de uma rede de subornos. Novamente rompe-se a trégua sindical pela força e o desemprego atinge a maioria dos trabalhadores. Durante esse mês, o fechamento de estradas exigindo um plano de trabalho se estendeu cercando toda a capital. Em Tartagal ocorreu um segundo levante, dirigido por trabalhadores desempregados junto com os trabalhadores demitidos do setor de transportes; ocuparam as ruas de Salta e um deles, Anibal Verón, morre nas mãos da polícia. Este assassinato gera uma autêntica insurreição de massas que obrigará as autoridades a recorrerem novamente às forças da repressão. Delegacias foram invadidas e policiais foram feitos reféns.

A necessidade da luta contra o desemprego

Há a existência de um exército de desempregados, de força de trabalho de reserva, essa é uma condição de funcionamento do capitalismo e não um problema gerado por ele. A derrubada do capitalismo torna-se possível quando este exército de reserva tende a crescer sem controle, porém isto não quer dizer, nem muito menos, que o desemprego massivo seja a chave de uma situação revolucionária. Pelo contrário, o desemprego massivo é uma condição necessária do processo de degradação da força de trabalho, da intensificação geral da exploração mediante o incremento da concorrência no mercado de trabalho. Com certeza, sem desemprego, sem competição entre a classe trabalhadora, a exploração e a extração de mais trabalho excedente do proletariado seriam impossíveis. Aliás, o desemprego é uma arma política e ideológica para minar a potência revolucionária do proletariado que assim se apropria do medo do desemprego e, sobretudo, da divisão entre empregados e desempregados. Estes últimos passam a constituir, em condições normais, o setor mais atomizado do proletariado.

Mas quando as condições sociais não se encontram em estado “normal”, quando a sociedade se encontra subitamente em estado de desintegração e destruição, quando o antagonismo de classes se torna insuportável, então o setor mais atomizado pode dar repentinamente um salto adiante e exceder, inclusive, o setor previamente considerado mais avançado do proletariado. E são especialmente os setores intermediários, os que combinam a consciência mais desenvolvida vinculada ao setor empregado e a necessidade mais imediata ligada à demissão (como os que, há pouco tempo, haviam sido demitidos das indústrias em grande quantidade), eram os que haviam de estar à frente do novo movimento de luta.

Que o desemprego massivo tende a crescer permanentemente é uma realidade que só pode ser explicada pelo avanço da tendência autodestruidora do capitalismo, pois isso significa que o próprio regime de exploração tornou-se incapaz de se auto-reproduzir e que não é capaz sequer de explorar a força de trabalho e dos meios necessários para a reprodução da subsistência da classe explorada. Seria um erro considerar, como fazem algumas correntes de esquerda, especialmente as derivadas do leninismo, que um “desemprego massivo e prolongado” é “uma expressão de seu esgotamento histórico e marca a abertura de um período de revolução social” (Luis Oviedo, Polo Obrero). Em primeiro lugar, porque o desemprego massivo não demora em tornar-se um incremento do emprego graças à aceitação forçosa de uma maior degradação geral da força de trabalho e da derrota das tentativas proletárias para evitar isso. Em segundo lugar, porque o desemprego não é algo economicamente separado do emprego, pelo contrário, ambos estão correlacionados pelo desenvolvimento da composição técnica do capital. O proletariado, todo ele, empregados e desempregados, constitui o capital variável, seja um capital variável em funcionamento ou em busca de empregar-se. Desse modo, o desemprego é uma variável a mais do capitalismo, sujeito ao ciclo econômico de acumulação de capital, e uma situação de

“desemprego massivo e prolongado” pode ser explicada tanto por uma crise temporária quanto por uma tendência à uma derrocada final.

As posições do Polo Obrero vêm a ser uma justificativa de sua identificação do “sujeito piqueteiro” como o sujeito revolucionário central. Naturalmente, a consideração do proletariado como capital variável exclui tal visão tendenciosa. E embora o Polo Obrero queira dar a entender que o movimento piqueteiro tem sido uma expressão unitária de classe, o certo é que ele tem sido, majoritariamente, um movimento de desempregados e, fundamentalmente, tem sido em sua origem a expressão dos interesses imediatos dos desempregados, não uma organização revolucionária ou que se pretenda ser.

Por outro lado, para o Polo Obrero: “Para acabar com o desemprego há que atuar contra a ‘lógica capitalista’, quer dizer, enfrentar as políticas patronais de redução dos salários, com medidas e métodos anticapitalistas”. Seu planejamento político vem seguido de sua análise econômica: se o desemprego massivo significa, em si mesmo, as crises do capitalismo – na qual é, em resumo, uma noção reformista das crises do capitalismo – portanto só pode ser resolvida pela via revolucionária. Porém, para o Polo Obrero, as “medidas e métodos anticapitalistas” não são parte de uma luta pelo desenvolvimento do poder revolucionário do proletariado, mas parte de um programa para forçar o capital a aceitar reformas “radicais”. Porque, segundo o raciocínio do Polo Obrero, o problema do desemprego crescente é o resultado das “crises” e não é inerente ao capitalismo como tal; seu programa se orienta a abordar, “a partir de um ponto de vista proletário”, as crises do capitalismo, não a derrubar o capitalismo e expor abertamente ao proletariado esta necessidade. Trata-se, na realidade, pois, de uma política de salvação do capitalismo, não de uma política de conquista revolucionária do poder.

Assim se explica que, para o Polo Obrero, o fundamental é a

diminuição do tempo de trabalho (sem redução salarial), a equivalência entre o seguro desemprego e o salário etc. Como é a crise do capitalismo o que ele deseja resolver e não sua supressão revolucionária, seu programa tem que ser fundamentalmente economicista e adaptado às aspirações do mercado no campo da política burguesa, seguindo o exemplo de Altamira. É por tudo isso que Oviedo pode afirmar que: “O ponto mais importante desse programa, sem dúvida, não era uma reivindicação dirigida ao poder político; era o chamado aos desempregados para se organizarem para impor ao poder político essas reivindicações pela luta”. O que vem a significar na prática: orientar a luta dos desempregados a objetivos economicistas, enquanto isso as questões políticas ficavam nas mãos do partido.

O surgimento do movimento dos desempregados e os sindicatos

O movimento dos desempregados se desenvolveu, em princípio, independentemente dos sindicatos majoritários, que haviam deixado de lado este setor do proletariado.

Embora a CGT (Confederação Geral do Trabalho) chegasse a responsabilizar os imigrantes pelo desemprego, a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) limitava-se a propor subvenções para as micro-empresas e a aceitar reduções salariais para reduzir as jornadas de trabalho, vendo na elevação dos lucros capitalistas a saída para o problema. Sem dúvida, o problema, como já discutimos, não é a existência do desemprego como tal. Os sindicatos tendem a abordar o problema do desemprego a partir de um ponto de vista inteiramente reformista, considerando-o como um problema individual ou setorial, ou em qualquer caso como um problema econômico geral, abstraindo as leis de funcionamento da acumulação capitalista. Porém, o desemprego está determinado pelo

desenvolvimento da acumulação capitalista e suas leis: o verdadeiro problema não é a existência de um desemprego excessivo, senão sua manutenção ou inclusive sua reprodução em uma escala ampliada. Diante disto, os sindicatos não têm respostas: sua função é negociar, senão, simplesmente, se aceitam ou não aceitam, se obedecem ou combatem.

Na medida em que os sindicatos se integram ao capitalismo e se convertem em uma extensão do poder do estado, devem defender forçosamente uma visão individualista e conjuntural do problema, ou bem manter posições demagógicas que, na aparência, questionam o capitalismo, porém, na prática, são somente justificativas para se manterem inertes. Não obstante, tudo isso não exclui que um sindicato trate de organizar os desempregados, pelo contrário. Se os desempregados formam a parte mais ativa de uma classe, então deve ser seu principal objetivo controlá-los. Esse é o caso da CTA, que tratou de levantar sua própria organização de desempregados absorvendo as demais organizações que haviam surgido inicialmente de forma autônoma. Dado que a relevância real da CTA entre o proletariado ocupado é relativamente limitada, esse sindicato adotou um rol tipicamente de esquerda apesar de sua visível integração com o poder capitalista, combinando o colaboracionismo com a aparente função de organizar as lutas dos proletários desempregados.

2 Principal empresa petrolífera da Argentina. Empregava milhares de operários. Ao ser privatizada durante o governo de Carlos Menem, na década de 1990, e com estabelecimento da política de austeridade, dezenas de milhares de operários foram colocado permanentemente no desemprego. A YPF foi adquirida pela espanhola Repsol.

As primeiras comissões dos desempregados

Entre 1994 e 1995 apareceram em diversos bairros da capital da província de Neuquén as primeiras comissões ou coordenações de desempregados. A privatização da YPF², a paralisia do setor de construção e a crise financeira haviam disparado as demissões. Nesse contexto, no final de 1994 se organizou em **Pueblo de Senillosa** o primeiro bloqueio de estrada, protagonizado pelos

trabalhadores da construção. Essa ação começou com uma assembléia popular e no seu desenvolvimento desencadeou uma greve geral local, antecipando os levantamentos proletários que ocorreriam nos anos seguintes (los “Cutralcazos”).

A partir de pequenos grupos de companheiros se convocavam assembléias mais amplas, que formavam comissões provisórias de desempregados. Discutiam-se os métodos da luta, que seriam principalmente os bloqueios de estradas, as “cozinhas populares” (concentrações) e as manifestações. Também surgiam sinais claros de uma consciência antiburocrática, implantando a revogabilidade do mandato das comissões. Eram os primeiros passos, meramente elementares, para uma compreensão crítica da experiência sindical, porém deixavam claro o espírito do movimento.

As primeiras mobilizações de desempregados na província se concentraram na luta por um subsídio de 500 pesos a todos os desempregados maiores de 16 anos, sem discriminação. A concessão pelo governo provincial de um subsídio restritivo foi, sem dúvida, convertida em uma forma encoberta de trabalho precarizado, impondo uma “contraprestação trabalhista” em troca do recebimento do subsídio³. A comissão institucional encarregada de gerir os subsídios, formada pelo governo, a Igreja, a CGT e a CTA, impôs esta contraprestação com o respaldo de algumas organizações de esquerda como o MAS (Movimento Ao Socialismo) e o MST (Movimento socialista dos trabalhadores).

O raciocínio da esquerda se baseava na “dignidade” do trabalho, porém poderia também se basear no conhecido argumento da separação da produção e a subsequente dispersão do proletariado. Em primeiro lugar, o trabalho assalariado não tem outra “dignidade” que a do conformismo alienado, que a identificação com o **status** de escravo assalariado. A consciência de classe não se baseia na “dignidade” que outorgaria o trabalho pelo fato de ser social, necessário ou materialmente produtivo, senão que se baseia no antagonismo da força de trabalho com o próprio trabalho, com sua

3 Os subsídios eram repasses de dinheiro que eram feitos aos desempregados. Tais subsídios eram geridos, em parte pelo próprio estado, pela igreja, por centrais sindicais e com a radicalização e consolidação das organizações piqueteiras, estas também passam a controlar em partes a redistribuição destes “salários” de miséria para manter a classe trabalhadora em situação de desemprego na miséria.

forma de atividade alienada que serve à produção de capital. O trabalho assalariado não é outra coisa que não o capital variável em sua forma de atividade subjetiva. Essa concepção de consciência de classe é própria do sindicalismo e do reformismo, porém não tem nada a ver com a consciência do proletariado como classe revolucionária, como **classe para si** e não como classe para o capital. De fato, a consciência de classe baseada na identidade com o trabalho assalariado não é outra coisa que não a consciência alienada da classe.

Em segundo lugar, a centralidade do proletariado como sujeito revolucionário não se fundamenta em sua unidade material como coletivo assalariado na produção, ou seja, no trabalho associado, mas sim em sua unidade econômica como força de trabalho cujas condições de existência estão subordinadas e oprimidas pelo sistema capitalista. O caráter coletivo do processo do trabalho, o duplo caráter produtivo do trabalho como criador de valor de uso e de troca simultaneamente, o nível da concentração operária e o desenvolvimento tecnológico que o modo de produção capitalista alcançou, são fatores de grande importância, inclusive papel chave em certos aspectos, para o desenvolvimento espontâneo da consciência de classe em um sentido revolucionário e para sua concretização em uma perspectiva comunista racional, porém, não são determinante do antagonismo de classes, no qual, como no próprio capital, as determinações materiais do processo de trabalho sobre as relações sociais se apresentam abstraídas de seu caráter material, na forma do valor e do enfrentamento mercantil. Por isso, o antagonismo de classe tem sua manifestação primária não no plano organizacional material da produção, mas sim no plano das relações salário/mais-valia, e neste sentido a relação entre taxa de desemprego e lucro é tão antagônica quanto primeira, da qual é somente uma forma derivada (pois o exército de reserva e o exército ativo são igualmente reproduzidos na base do mínimo de subsistência e das condições restantes da reprodução social da força de trabalho). A dispersão é um fator contraproducente, porém

não é determinante para a organização dos desempregados. Aliás, em um contexto de ascensão do movimento dos desempregados tais objeções aos subsídios não tem mais que um significado reacionário e burguês.

Com a contraprestação, o subsídio deixava de ser um limite à concorrência entre os trabalhadores e a transformava em um salário miserável que acorrentava o desempregado a um trabalho precário e sem direitos, dando ao mesmo tempo um grande salto à precarização e degradação geral do trabalho.

Contudo, esse subsídio não era uma concessão gratuita e o esforço para defender seu pagamento diante das constantes intenções governamentais de suprimi-lo ou de limitar ainda mais sua extensão (o mesmo que ocorreu com os “planos trabajar”) serviram para habituar os trabalhadores a ver nessas concessões a expressão de sua luta e assim fortalecer a idéia reformista de que o movimento dos desempregados podia assumir como programa próprio esta concessão capitalista.

A participação de membros dos partidos de esquerda no movimento dos desempregados e sua influência acentuaram essa dinâmica reformista. Isto foi reforçado pela crescente repressão na coordenação dos desempregados de Neuquén, com o claro objetivo de isolar a base e de criar um clima de terror para provocar a desmobilização. A CGT e a CTA atuaram como impulsos decisivos para a operação repressiva, apontando “os ativistas que não respeitam o estado de direitos” e solicitando que “se atuem contra eles de forma inflexível”. O sindicato docente provincial (ATEN) condenou também as lutas e sob pressão o PTP-PCR, o MST, o MAS, se livraram ou deixaram de participar da coordenação.

Porém, a coordenação conseguiu resistir à opressão, continuou mobilizando os desempregados e perseverou na luta.

Os partidos de esquerda e o problema do desemprego

Por outro lado, a maioria das posições dos partidos de esquerda, como as do PTP-PCR, carecia de uma reivindicação imediata capaz de orientar as lutas dos desempregados. O Polo Obrero foi, dentre os partidos da extrema esquerda, o que teve maior capacidade utilitarista para atuar na situação de desemprego. Viu nos desempregados o sujeito mais avançado nas lutas e assumiu a necessidade de dar respostas às suas necessidades de organização.

Sem dúvida, isto não era, em 1995, nenhum favor para o proletariado. Esse já havia começado a criar suas comissões de desempregados, que seriam o embrião do movimento piqueteiro organizado, e já haviam produzido o **Santiagoñazo** e outras lutas.

Como de costume, vai sempre por detrás da iniciativa do movimento de massas, ou seja, da autonomia proletária.

Na realidade, as posições do Polo Obrero serviram para estimular a reorientação da extrema esquerda, que cada vez mais orientaria seus esforços em geral na recuperação do movimento dos desempregados, reduzindo-o a uma luta reformista estéril e dedicando-se plenamente à tarefa de destruir sua autonomia interna e sua independência do estado burguês. Assim, o PTP-PCR criaria sua **Corrente Classista e Combativa** e a CTA sua **Federação de Terra e Moradia**, que seriam as organizações mais marcadamente sindicalistas e colaboracionistas desde o começo.

Além disso, os projetos do Partido Trabalhista estão fartos da autonomia proletária. Seus objetivos de organização dos desempregados consistem na formação de “comitês contra a demissão”, não de um movimento auto-organizado. Mas, segundo o Polo Obrero são “as centrais sindicais quem tem a responsabilidade de convocar assembléias e congressos dos trabalhadores empregados e desempregados, para liderar uma luta comum”. Nesse momento, o objetivo do Polo Obrero era a “reconstrução das organizações trabalhistas”, que “só podem

planejar em estreito contato com as reivindicações urgentes dos trabalhadores e a luta para impô-las”. Isto é, na realidade, o Partido Trabalhista via inicialmente na luta dos desempregados um meio útil para a reconstrução dos sindicatos, e seu objetivo era conduzir o movimento para sua reintegração nos aparatos oficiais junto com a eventual troca dos seus altos dirigentes. O ponto de vista leninista sobre os movimentos autônomos de massas não é diferente: “reconduzi-los para a integração nas velhas organizações, com o objetivo de ‘transformá-las”, “revolucioná-las etc.”. Porém, na prática, isso só pode ocorrer limitando artificialmente – burocraticamente – o desenvolvimento das lutas e minando a iniciativa das massas, ou seja, submetendo o movimento ao velho hábito da espera submissa pelas receitas salvadoras, elaboradas pelos chamados “dirigentes”, pretensamente portadores do conhecimento.

Não obstante, o progresso posterior do Polo Obrero tem sua raiz no fato de que o Polo Obrero supôs entender que “não se trata, sem dúvida, somente de reconstruir os sindicatos, mas sim de desenvolver as organizações das massas, estendendo todas as formas de organizações que se deram no decorrer das lutas”. Por que: “Por mais embrionária que sejam, trata-se de formas de organização de conselhos operários, desde o momento em que em todo o curso da luta, (...) se converteram em um poder alternativo, substituindo nos momentos de crescimento da burocracia (...) no caso de generalizar-se e desenvolver-se, converteram-se, aliás, em uma referência para todo o movimento operário (...) frente ao poder do estado.

Percebe-se que para o Polo Obrero as organizações de massa não podiam apenas integrar-se nas estruturas sindicais, senão que teriam que conservar sua autonomia aparente e derivar em formas de poder operário. Como logo será visto, o que se tratava era que uma vez castrada a autonomia dos movimentos, utilizando a aparência dos mesmos, a independência formal do poder do estado, para converter a organização dos desempregados em uma

plataforma política do Polo Obrero. A criação do Pólo Trabalhista e sua prática colaboracionista foi a consequência lógica da teoria do “contra-poder” tal e como entende o Polo Obrero.

O incremento do Polo Obrero teria a seu favor as condições objetivas da intensificação das lutas de classes, porém, e, sobretudo, a debilidade da consciência de classe. Não se trata de uma organização reformista de massas que expressa o limite da consciência da massa, mas sim de uma organização criada e controlada por um partido político, que expressa assim os limites do programa e objetivos do Polo Obrero, que se impõem ao movimento de massa na debilidade de sua base. Dessa forma, o desenvolvimento da consciência de classe topa com um muro à sua frente, encontra-se com um poder que já está independente de sua vontade e que se opõe a seu próprio progresso subjetivo ao invés de possibilitar a existência de uma interação e interdependência espontânea e recíproca. As organizações como o Polo Obrero, a CGT, a CTA não são pois organizações autônomas desde suas perspectivas iniciais, mas sim organizações de caráter recuperador, cujo papel e desenvolvimento consiste em absorver o movimento de massas, destruir sua autonomia e conduzi-lo à integração no capitalismo. E no caso do Partido Trabalhista, sua fraseologia pseudo-revolucionária é o complemento perfeito de sua prática reformista.